



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

DANIELLY BARROS DE LIMA
LARISSA GONÇALVES DA SILVA

**VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Recife 2022

DANIELLY BARROS DE LIMA
LARISSA GONÇALVES DA SILVA

**VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia
da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção do título de
licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 16/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Auxiliadora Maria Martins da Silva (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ramon de Oliveira (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Sandra Montenegro da Silva Leão (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Danielly Barros de Lima¹
Larissa Gonçalves da Silva²
Auxiliadora Maria Martins da Silva³

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da valorização da identidade negra na escola, na etapa da educação infantil, refletindo sobre as práticas pedagógicas. Compreende as políticas educacionais relacionadas à diversidade étnico-racial que devem garantir o direito de todas as crianças. O objetivo deste artigo é analisar a prática da construção da identidade de crianças negras na educação infantil e qual o papel da instituição de ensino no combate ao racismo nesses espaços. Fundamentamos as discussões na abordagem de pesquisa qualitativa, utilizamos como campo de estudo o CMEI e realizamos uma entrevista semiestruturada. A educação infantil é a base e a escola precisa situar os alunos desde a infância em contato com elementos que formam cada grupo étnico brasileiro, proporcionando uma educação antirracista.

Palavras-chaves: Educação Infantil; Identidade; Relações Étnico- raciais.

¹ Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação- UFPE. danielly.barroslima@ufpe.br - Turma 2017.1

² Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação- UFPE. larissa.gilva@ufpe.br - Turma 2017.

³ Professora Adjunta da UFPE/CE Depto de Métodos e Técnicas de Ensino. auxiliadora.martins@ufpe.br.

1. INTRODUÇÃO

A etapa da educação infantil é o primeiro contato da criança com a sociedade estruturada, é preciso garantir nesse primeiro contato a ampliação de experiências e saberes, propiciar e permitir a exploração das possibilidades de se expressar, de interagir, de criar, de produzir, de construir relações sem práticas preconceituosas. A Escola precisa situar os alunos desde a infância em contato com elementos que formam cada grupo étnico brasileiro, para que sejam capazes de compreender a complexidade dessas identidades. Combater ações de discriminação e preconceito é o papel do ambiente escolar, assim como valorizar a identidade negra na infância, proporcionando uma educação antirracista. Partimos dessa conjectura de quanto é necessário trabalhar desde a etapa da educação infantil temas que abordam e promovam o respeito a nossa diversidade étnica e cultural. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI

A pluralidade cultural, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores etc. que caracterizam a população brasileira marca, também, as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. (BRASIL, 1998, p. 76)

O interesse pela temática surgiu a partir da vivência no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, além das experiências nos estágios na rede pública através das disciplinas de PPP – Políticas e Práticas Pedagógicas e estágios na rede privada.

O objetivo é analisar as práticas pedagógicas realizadas para valorização da identidade de crianças negras na etapa da educação infantil e qual o papel da instituição de ensino no combate ao racismo, nesses espaços. E como objetivos específicos discutir como é realizado o trabalho das instituições

relacionado à implementação de práticas pedagógicas de valorização e respeito às pessoas negras e sua cultura.

Buscamos considerar os nossos objetivos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, partindo de análises de documentos oficiais tais como: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI 2010); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Africana (DCNERE 2004); Plano Nacional de Educação (PNE 13.005/2014) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017).

2. Referencial Teórico

A criança, nos anos anteriores à Constituição de 1988, não era pensada como centro do processo educacional, a educação infantil assumia várias funções, dentre elas, o assistencialismo, a função de combater a pobreza, o ambiente de preservar a criança enquanto as mães trabalhavam e era utilizada como manobra para preparação para a escolarização, evitando o fracasso escolar. Conforme OLIVEIRA (2003):

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

A educação infantil, que sempre esteve à margem da educação formal, passa a ser responsabilidade do Estado a partir da Constituição de 1988. Posteriormente, proclamadas leis e documentos para nortear a educação e suas etapas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96); Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI 1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Africana (DCNERE 2004); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

(DCNEI 2010); Plano Nacional de Educação (PNE 13.005/2014) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017). Entende-se a partir dos documentos norteadores a importância da educação infantil como base para as próximas etapas da educação.

O termo educação infantil tem diferentes interpretações, mas podemos conceituar como a educação dada não só pelo ensino formal, mas também pela família, pela comunidade, pelos meios de comunicação, pelas novas tecnologias, manifestações artísticas, dentre outras. Esse processo de relações não planejadas é responsável pela inserção da criança na cultura de forma muito ampla e com resultados não previsíveis.

Vale ressaltar ainda a existência de normas constitucionais que prescrevem textualmente a valorização da diversidade étnica e da identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Diante deste preceito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem que a “identidade étnica, assim como a língua materna, é elemento de constituição da criança”.

Sendo a educação infantil, considerada a “primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” como mostra o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96).

A discussão acerca do tema relações étnico-raciais em sala de aula e escolas, surge entre as instituições e os profissionais com a não intencionalidade em desenvolver ações pedagógicas de acordo com o que orienta os documentos. Segundo GOMES (2013) Os conhecimentos dos próprios docentes sobre as relações étnico-raciais e sobre História da África ainda são superficiais, cheios de estereótipos e, por vezes, confusos. Desse modo, é importante que seja disponibilizado para as crianças da educação infantil um conjunto de atividades que direcione uma ação pedagógica com intencionalidade capaz de construir uma educação antirracista.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve permitir que se defenda o estudo dessas populações como autores da própria história do Brasil.

Sancionada em 9 de Janeiro de 2003, a Lei nº 10.639, que alterou a Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Com conteúdo de estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, os conteúdos deverão ser ministrados em todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artísticas e de Literatura e Histórias Brasileiras. A Lei 10.639/03 inclui também no calendário escolar o dia 20 de Novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. Mesmo com a obrigatoriedade da inserção do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, as escolas concentram o ensino durante a semana do Dia da Consciência Negra.

No ano de 2008 foi promulgada a Lei 11.645/08 que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", mas tomaremos para análise a Lei 10.639/03, devido a sua marca na conquista histórica do Movimento Negro em todo território nacional que há cerca de, 4 décadas, reivindica a justiça curricular e denuncia o racismo das práticas educativas e por considerar os obstáculos enfrentados para ser implementada mesmo após completar maioria.

Constatamos que a aplicação da Lei tem sido insuficiente por não estar consolidada no currículo das instituições, como estudantes do curso de Pedagogia da UFPE, vivenciamos essa dificuldade, embora tenhamos 2.730 horas em componentes obrigatórios, cerca de 54 disciplinas obrigatórias, nenhuma é sobre Educação das Relações Étnico-raciais. Para tanto, as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-brasileira e Africana - DCNERE determina a

Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Por exemplo: em Medicina, entre outras questões, estudo da anemia falciforme, da problemática da pressão alta; em Matemática, contribuições de raiz africana, identificadas e descritas pela Etno-Matemática; em Filosofia, estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade. (BRASIL, 2004, p.24)

Nesse aspecto é necessário que as instituições reconheçam e considerem a urgência da implementação da Lei 10.639/03, das normas (BNCC) e diretrizes (DCNERE) das relações Étnicos Raciais, pois irá possibilitar a construção da compreensão do papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, possibilitando também a compreensão e percepção que existem outros referenciais de cultura, circulação e transmissão de conhecimentos. Segundo Gomes:

A educação para as relações étnico-raciais que cumpre com seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens, e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e de dominação (GOMES, 2013, p.83).

A educação infantil tem sua função social, política e pedagógica, pois reconhece a criança como um sujeito que produz e tem direito à cultura. No centro do processo educativo está a criança e seus saberes. As políticas, as instituições e os professores necessitam garantir práticas que relacionam as experiências das crianças com o legado cultural, artístico, ambiental, plural, científico e tecnológico que elas têm direito de se apropriar.

2.1 Identidade Racial em crianças da Educação Infantil

As crianças negras aprendem a se identificar como negras através das representações que são expostas a elas, a partir deste ensino que elas começam a se enxergar, além do contato pessoal com outras crianças e das ações a que elas são expostas pela sociedade, em especial pela escola.

De acordo com Nilma Gomes (2003, p. 42)

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade enquanto processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas.

A identidade racial é um tema bastante discutido pelo movimento negro brasileiro. A complexidade do ser negro em uma sociedade em que essa condição aparece associada à pobreza, inferioridade, incompetência, feiura, atraso cultural tornam a construção da identidade racial dos negros e negras um grande desafio, que Sousa (1983) definiu como o processo de tornar-se negro. Segundo CAVALLEIRO (1998, p.206):

O silêncio da escola sobre a questão étnica tem permitido que seja ensinada a todas as crianças uma falsa superioridade branca - em beleza, cultura, inteligência e poder. Para as crianças negras, a escola tem-se mostrado omissa quanto ao dever de reconhecê-las positivamente no cotidiano escolar, o que colabora, significativamente, para o seu afastamento do quadro educacional.

O significado da identidade racial é muito importante, pois a consciência que um negro tem do seu pertencimento racial é elemento fundamental para o engajamento de suas lutas

Silva Jr. (2011) aponta para o anexo do Plano Nacional de Educação, onde está acentuado que: a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, cooperação, solidariedade e responsabilidade. Esse processo de formação da identidade, tão fundamental na experiência humana, quase não é abordado pelos estudiosos das relações raciais, na primeira infância, época onde se inicia o pensamento e a identidade racial.

2.2 Diversidade Racial: Práticas Educativas no combate ao racismo: Estratégias para Educação Infantil

É crescente a preocupação com propostas que direcionam a atuação dos docentes e gestores sobre diversidade étnico-racial na educação infantil. O papel da educação escolar vai além de tentar conter a discriminação, mas ela deve preparar as crianças para valorizarem a diversidade cultural e étnica. As instituições de educação infantil devem possuir uma ação intencional e planejada de socialização das crianças de 0 a 5 anos. O fato de as crianças ingressarem cada vez mais cedo e permanecerem por mais tempo nessas instituições aumenta a responsabilidade e o compromisso com o desenvolvimento integral, portanto, com uma visão ampla de educação.

Essas instituições contribuem para a construção da identidade das crianças e cumprem papel socializador ao possibilitar o desenvolvimento infantil entre pares, ao partilhar o cuidar com as famílias e ao ampliar conhecimentos, colocados à disposição das crianças. Por meio de uma proposta pedagógica bem fundamentada,

a instituição de educação infantil deve oferecer situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas para a educação étnico-racial de forma que contribua para o desenvolvimento das capacidades infantis, das relações interpessoais, favorecendo uma atitude de aceitação, respeito e confiança no outro.

Portanto, educar- cuidar vai muito além dos procedimentos físicos, ou de atividades com propósitos de desenvolvimento cognitivo, mas envolve o aspecto de relação, de construção, de vínculo e de compreensão da integralidade do ser humano e o respeito à diversidade. Assim, educar é entendido como ajudar a crescer e se desenvolver de forma ampla.

Diante do contexto da Educação Infantil, acima apresentada, como desenvolver práticas pedagógicas que não sejam etnocêntricas e excludentes? Como desenvolver atividades que eduquem crianças brancas e negras para valorizar a diversidade e se comprometerem com a igualdade racial? Pouco adianta pensar as grandes teorias, os grandes tratados acadêmicos, os marcos jurídicos que regem a política educacional igualitária se não oferecermos instrumentos, dicas e sugestões para que o professor saiba o que fazer no cotidiano.

Conhecer as leis, a história da população negra, as suas lutas, e reconhecer a herança dos povos africanos e suas culturas na formação do Brasil é um bom começo. Outra ação importante é estudar os documentos oficiais, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como ler documentos orientadores como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEIs) e outros documentos e experiências que tratam da igualdade racial na Educação Infantil.

Essas atitudes são fundamentais para a construção de práticas pedagógicas que estejam preocupadas com o pleno desenvolvimento da criança e que considerem o reconhecimento do pertencimento racial como questão importante para a construção da identidade. O compromisso dos profissionais com a educação de qualidade e

igualitária é o principal motor para que procurem o conhecimento necessário a fim de construir novas práticas pedagógicas.

Na Educação Infantil, as crianças precisam de condições nas quais possam participar ativamente em situações que as incentivem a vivenciar e construir ideias e significados sobre o mundo social, principalmente sobre si e o outro. Conforme a norma propõe em um dos seus direitos de aprendizagem (BNCC 2017, p..34)

“Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.”

Pensando neste aspecto, parcerias com ONGs e museus que trabalham com culturas africanas e do povo negro no Brasil também fornecem um conjunto de conhecimentos imprescindíveis ao trabalho educativo na educação infantil, além disso, espaços culturais, bibliotecas, escolas de samba, grupos de dança, capoeira podem ser contatados para enriquecer o dia a dia das instituições educativas.

Organizar um espaço educacional significa considerar o espaço como ambiente de aprendizagem, ou seja, significa compreender que os elementos que o compõem constituem também experiências de aprendizagem. Os espaços não são neutros; sua organização expressa valores e atitudes que educam. Lina Fornero, em A organização dos espaços na educação infantil(1998), propõe, ao pensar o ambiente escolar, uma importante distinção entre espaço e ambiente, especialmente quando pensamos na Educação Infantil.

Para a autora, portanto, o termo espaço refere-se ao espaço físico, incluindo locais e objetos, enquanto o ambiente refere-se não só ao espaço físico, mas ao conjunto espaço e relações que nele se estabelecem. Assim, no conceito de ambiente, que inclui as relações, contemplam-se também os afetos, as relações interpessoais entre as crianças e os adultos próximos. Sabemos que,

ao organizar as salas dos grupos e demais ambientes das unidades de educação, os gestores e os professores colocam à disposição das crianças “artefatos culturais”, brinquedos, livros, imagens etc. Em geral, não há consciência de que esses objetos traduzem determinadas ideologias e concepções, que educam em uma direção que esses profissionais não planejaram e que não o fariam intencionalmente.

CAVALLEIRO (1998) ressalta que a escola também é responsável pela formalização da aprendizagem da vida social do aluno.

As instituições de Educação Infantil organizam e formalizam uma aprendizagem que já se iniciou na família e que vai ter continuidade nas suas experiências com a sociedade. Assim, não só a família se torna responsável pela aprendizagem da vida social, embora represente, inicialmente, o elo mais forte que liga a criança ao mundo. (CAVALLEIRO, 1998, p. 24)

Jogos e brincadeiras, eventos musicais podem ser levados para as creches e centros educacionais, onde atletas, artistas, ativistas negros possam ser apresentadas para as crianças e a comunidade. Há pessoas negras que ocupam diversas posições sociais e profissionais, como médicos, professores, empresários, etc. Há crianças e adolescentes negros que encontram-se em posição de destaque no mundo esportivo e não pejorativamente; a população negra apresentada como protagonista de fatos históricos e não como escravos.

Segundo Silva Jr (2011) nem só de brinquedos e livros se faz a Educação Infantil, pois existem objetos de amplo alcance, é interessante que se tenha materiais versáteis e menos estruturados que podem se transformar em muitas coisas, como tecidos, tocos de madeira, sucatas etc. Esses materiais são polivalentes, pois podem ser utilizados com diferentes finalidades, ser transformados pelo professor na organização dos ambientes ou pelas crianças nas interações e brincadeiras.

E, justamente porque esses materiais são tão importantes e tão presentes no cotidiano da instituição infantil, é preciso estar atento à estética e aos valores que apresentam e representam para as crianças. Os tecidos, por exemplo,

apresentam múltiplas funções: podem se transformar em cabanas, delimitar um castelo, ser a capa do rei, a vela de um navio pirata e muito mais...Além disso, os tecidos com padronagens que remetem ao continente africano podem compor bonitos cenários para brincar ou decorar as paredes da instituição.

São infinitas as possibilidades de trabalhar a cultura Afro-brasileira e Africana dentro das instituições de Educação Infantil, mas para isto se faz necessário constância, pois os objetivos não podem ser deixados de lado, as crianças precisam se familiarizar, a frequência precisa ser diária ou pelo menos de alguns dias na semana, o conteúdo pode estar ligado dentro destas atividades:

- cuidados com o corpo;
- brincadeiras e jogos no espaço interno e externo;
- roda de história; roda de conversas;
- ateliês ou momentos de desenho, pintura, modelagem e música;
- cantos de atividades diversificadas.

Em todas as situações, o planejamento do profissional da educação infantil precisa contemplar a educação étnico - racial.

3. Metodologia

Esta pesquisa apresenta um caráter qualitativo e consiste em compreender e analisar a prática da construção da identidade das crianças negras na etapa da educação infantil e qual o papel da instituição de ensino no combate ao racismo, nesses espaços. Quanto aos procedimentos utilizados, buscamos considerar os nossos objetivos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, partindo de análises de documentos oficiais.

Metodologicamente, Gil (2000), afirma que a pesquisa bibliográfica fornece instrumentos analíticos para qualquer outro tipo de pesquisa. Para a construção da análise das práticas pedagógicas foi realizada uma pesquisa de campo a partir da observação das relações aluno-professor, família-escola e a realização de uma entrevista semiestruturada. Para Manzini (1990), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas

principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

O campo escolhido para realizarmos a pesquisa situa-se no município de Camaragibe-PE, local selecionado por tratar-se de um instituição inaugurada a poucos anos, em 2018. Para preservar a identidade das professoras utilizaremos as letras “A”, “B” e “C” para identificar as respostas.

A escola possui amplo espaço, com oito salas, secretaria, sala de professores, refeitório, área externa desabilitada, biblioteca em fase final de implementação, sala de recursos inoperante. Para a construção da nossa pesquisa, entrevistamos a Professora A. que é integrante do grupo de apoio pedagógico. Durante esse contato foi realizada a apresentação da estrutura do CMEI, tivemos acesso ao plano de ação com metas estipuladas de 15 dias a 6 meses, seguindo o calendário do plano de ação foi informado que o CMEI não desenvolve atividades com base em datas comemorativas, mas segue um planejamento para que as temáticas sejam abordadas.

Organizamos um questionário através da ferramenta *Google Forms* com quatro seções e dezessete questões. Seção um questionário socioeconômico, seção dois questionário formativo, seção três questionário institucional e seção quatro percepção e prática pedagógica. Dessa forma, neste estudo, procuramos analisar de forma crítica e reflexiva a questão do preconceito, racismo e discriminação na educação infantil, visto que preconceito racial afeta o desenvolvimento da identidade negra dos alunos.

4. Análise de resultados

Entrevistamos duas professoras da educação infantil da rede municipal de ensino de Camaragibe as quais serão referidas ao longo do trabalho como Professoras: B e C. Segue abaixo informações respondidas na seção socioeconômica do formulário pelas entrevistadas:

Características	Professor B	Professor C
Idade	50 ou mais	30 a 40 anos
Gênero	Feminino	Feminino
Cor	Parda	Branco
Religião	Católica	Católica
Estado Civil	Solteira	Casada

4.2 Quanto ao Currículo e as Práticas Pedagógicas

A professora B possui formação inicial no magistério e atua aproximadamente há 6 anos na Educação Infantil. A professora C possui formação inicial no curso de Pedagogia e tempo de atuação na EI há 12 anos. Quanto à capacitação das professoras e professores sobre a questão racial, as professoras B e C afirmam que buscam incorporar o assunto nas reuniões pedagógicas.

No que se refere ao currículo a professora B afirma que, sua prática pedagógica constrói-se baseada em uma metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos.

A professora C, procura apresentar aos alunos informações sobre os indígenas e negros brasileiros.

Sobre o estudo da cultura Afrobrasileira e Africana, as professoras B e C, mencionaram que o conteúdo é estudado, nas várias áreas que possibilitam tratar o assunto.

Referente à Biblioteca da escola, as professoras B e C afirmam que existem alguns tipos de livros (dois ou três) que contemplam a questão racial.

Ao responder a questão sobre a abordagem da questão racial no Projeto Político Pedagógico, a professora C nos forneceu uma resposta inconclusiva. A professora B afirma, que não há uma abordagem específica, mas dentro das discussões que remetem ao respeito a todos, independente do credo ou questão racial.

Quanto ao uso da expressão verbal, a professora B e a professora C acreditam que, a linguagem usada no cotidiano escolar tem o poder de influir nas questões de racismo e discriminação.

Referente a percepção da questão racial, a professora B tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais. E a professora C, reavalia sua prática refletindo sobre valores e conceitos que traz introjetados sobre o povo negro e sua cultura, repensando suas ações cotidianas.

Considerações Finais

A finalidade do nosso trabalho foi compreender e analisar a prática pedagógica realizada nas instituições de educação infantil para valorização da identidade de crianças negras. Partindo deste pressuposto utilizamos como referência os documentos oficiais e autores que nos nortearam nesta pesquisa. Durante nossa visita ao espaço pudemos identificar a ausência de materiais e planejamentos que nos assegurassem que a implementação da Lei 10.639/03 estava sendo efetivada.

Não tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico do CMEI, devido à falta de autorização da gestora, pois estava em construção. Considerando que o PPP é a base de uma prática pedagógica planejada e consistente, identificamos esta oportunidade de melhoria no processo de aplicação da Lei, no cotidiano das crianças desta instituição. Ao observar o espaço e estrutura, percebemos a ausência de materiais confeccionados pelos alunos e livros que trabalhem a temática das relações étnicos-raciais, exceto pelas aulas remotas, que segundo a Professora A, possuía um planejamento para trabalhar livros com a

temática Africana e Afro - brasileira. A partir das aulas remotas, a família dos alunos também acessaram os materiais e puderam ter contato com a temática.

Diante da insuficiência de ações e práticas pedagógicas analisadas, percebe-se nas afirmações das Professoras A, B, C que ainda não há investimentos na formação e na capacitação dos profissionais da Educação Básica referente a obrigatoriedade da inclusão do tema. Presenciamos no local da pesquisa o tema tratado sem relevância, poucos atores dispostos a responder o questionário, exceto pela professora A.

Embora a promulgação da Lei 10.639 tenha sido em 2003, ainda caminhamos a passos lentos, dentro das instituições ouvimos e presenciamos discursos eurocêntricos, críticas e franzir de testa para a cultura de raiz africana. Os docentes ao discutirem raça e cor, utilizam a comparação e as conjunções “mas e, porém” para adentrar na temática da cultura africana, a cor bege da caixa de lápis de cor intitulada como cor de pele. Contudo, nós que estamos em processo de formação, a partir das discussões, das vivências e como corpos negros, compreendemos o nosso papel enquanto futuras docentes e a importância de uma educação antirracista.

Referências.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais** /-- São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo, 1998.

FORNEIRO, L. I. **A organização dos espaços na educação infantil.** In: **ZABALZA, M. A. Qualidade na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2000

_____. Educação infantil pós-Fundeb: avanços e tensões. In SOUZA, Gizele de (org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais.** São Paulo: Contexto, 2010

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 67-89.

GOMES, Nilma Lino. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** In: JESUS, Rodrigo Ednilson. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Ed. UFPR.**

MANZINE, Eduardo. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros.** Departamento de educação especial, programa de pós-graduação. Unesp, apoio CNPq, p.02, 1990.

OLIVEIRA, Zilma R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2005. (Caps. V e VI).

SILVA JR., Hédio. Educação infantil e valorização da diversidade: marcos legais. In BENTO, Maria Aparecida Silva; SILVA JR, Hédio (org.). **Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil**. São Paulo: Ceert, 2011.